

11



**Congresso dos
Metroviários**

RESOLUÇÕES



**SINDICATO DOS
METROVIÁRIOS | SP**

11º CONGRESSO DOS METROVIÁRIOS

RESOLUÇÕES



**Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em
Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de São Paulo.**

R. Serra do Japi, 31 – Tatuapé - CEP 03309-000 - Fone: 2095-3600 - Fax: 2098-3233.

Sub-sede: Rua Cerqueira César, 480, Santo Amaro. Atendimento: terças e sextas-feiras, das 9h às 17h, (fecha das 12h às 13h), fone: 7467-3841. Endereço Eletrônico: imprensa@metroviarios-sp.org.br

Presidente: Altino de Melo Prazeres Júnior. **Diretor Responsável:** Tiago Marcelino Pereira.

Conjuntura Nacional e Internacional

A crise econômica internacional segue se desenvolvendo. Na Europa, o despejo de recursos públicos para salvar bancos e multinacionais cobram dos governos a implementação de medidas de austeridade. Em 2014, Itália e Bélgica viveram greves gerais. A Espanha e sobretudo a Grécia, que também tiveram lutas e greves gerais, vivem a experiência da expressão eleitoral dessa reação dos trabalhadores. A vitória do Syriza, partido identificado com o discurso de luta e enfrentamento à austeridade, expressa a indignação popular com os índices de desemprego e rebaixamento de salários. É importante apoiarmos as lutas dos trabalhadores e jovens, redobrar a mobilização para que o movimento de massas imponha uma derrota à Troika que quer cobrar dos trabalhadores a conta da crise. A vitória eleitoral de partidos de esquerda e o duro golpe que isso representa ao imperialismo europeu deve intensificar a mobilização dos trabalhadores para que rompa com o pagamento das dívidas injustas com a Troika e para que as conquistas sociais avancem. Mas infelizmente o governo Syriza frustrou as expectativas dos trabalhadores e do povo grego ao fazer acordo com a Troika.

No Brasil, cresce a percepção de "estelionato eleitoral". A declaração de Alckmin afirmando que não faltaria água e de Dilma dizendo que não atacaria os direitos trabalhistas caíram por terra. 2015 começou com crise hídrica, se aproximando de um colapso do abastecimento de água, energética, com as MPs 664 e 665, corte de bilhões de reais no orçamento, aumento de tarifas de energia, combustível e transporte, veto à correção da tabela do Imposto de Renda, além da elevação dos preços dos alimentos. Isso para garantir a política e manter o pagamento dos juros da dívida pública.

Há uma desaceleração geral da economia, com grande queda na produção industrial em geral e também na construção civil. A alta das taxas de juros coloca para o conjunto da população um grande endividamento das famílias, principalmente as de baixa renda.

Há uma importante crise política proporcionada pelas investigações da Operação Lava Jato que segue destampando irregularidades nas relações entre a Petrobras e as empreiteiras responsáveis por obras da estatal. No estado de São Paulo, além da operação Lava Jato apontar que as mesmas empreiteiras operaram esquemas de corrupção em obras do governo do estado, existe outra investigação em andamento, decorrente do cartel das empresas, governo do PSDB, Metrô e CPTM.

Após as jornadas de Junho de 2013 e os importantes enfrentamentos grevistas de 2014, respondidos com repressão e criminalização pelos governos, observamos que segue uma disposição de luta importante. A greve da Volks foi um belo exemplo da reação dos trabalhadores impondo uma derrota à patronal e revertendo as demissões. Além disso, Alckmin (PSDB) demitiu em 2014, 42 metroviários, por lutar em sua campanha salarial, por melhores condições de trabalho, por reajuste salarial e por metrô de qualidade para a população paulistana. Em 2015 o ataque de Alckmin foi na educação, demitindo cerca de 20 mil professores da categoria 'O', enfrentando por isso no início do ano letivo uma grande greve.

O capital internacional, os governos, patrões e a grande mídia estão unificados para atacar os trabalhadores e a juventude. Precisamos buscar aliados no movimento sindical, popular e da juventude para transformar a luta por transporte, água, moradia, educação, emprego e mais direitos numa luta unificada. Realizar uma ampla campanha contra as medidas provisórias da Dilma e o Petrolão e também contra o decreto de Alckmin e o trensão e que o Sindicato articule uma grande campanha pela revogação deste decreto, articulando sobretudo as categorias diretamente atacadas por este, tentando organizar com setores populares que sofrerão com a precarização decorrente desse decreto. Não ao projeto de lei da terceirização.

As alternativas propostas pelas centrais/partidos governistas por um lado, e oposição de

direita seja através de impeachment ou a volta do PSDB em 2018 não são o caminho para barrar os ataques e enfrentar a corrupção. Precisamos de uma alternativa de poder dos trabalhadores! Nem PT nem PSDB!

O cenário internacional é de aprofundamento dos efeitos da crise mundial iniciada em 2008, que hoje se caracteriza pela estagnação de países como Brasil, Rússia e África do Sul.

Diante desse cenário desenvolveu-se uma série de fenômenos políticos e de polarização social, aprofundando a crise de hegemonia do imperialismo norte americano. Em particular na Europa, por um lado vem se fortalecendo tendências à direita como o Aurora Dourada na Grécia e movimentos xenófobos na Alemanha, por outro, direções reformistas como o Syriza e Podemos, que buscam o poder com a estratégia de reformar o capitalismo e renegociar as dívidas públicas.

Nossa categoria deve apoiar as lutas que ocorrem em todo o mundo para deixar ainda mais claro para os patrões e governos que nós trabalhadores Não pagaremos pela crise! Nesse momento é fundamental levantar uma campanha pelo não reconhecimento e não pagamento da Dívida grega e contra os planos de austeridade, junto a sindicatos de todos os países, pois é a única resposta contra o desemprego, fazendo com que os capitalistas paguem pela crise que geraram!

Na América Latina, a forte redução das exportações e a alta da inflação se fazem presentes em vários lugares. Os governos respondem com os chamados "ajustes" e as empresas demitem, gerando tensões por parte dos trabalhadores que obrigaram a burocracia governista em alguns destes países a organizarem mobilizações controladas.

No Brasil o ano de 2015 começa com ataques do governo Dilma aos direitos trabalhistas e com o PT dando cargo nos ministérios à mesma direita que nas eleições dizia combater. Uma série de medidas de ajustes já vem sendo aplicadas, mais demissões, arrocho, juntamente com o encarecimento dos serviços públicos (água, luz e transporte). Além disso Alckmin, em SP, demite ilegalmente os metroviários e é responsável pela histórica crise hídrica que vivemos.

Os operários da Volks mostraram o caminho que devemos seguir. Com uma forte greve, barraram as 800 demissões, ainda que com os limites impostos pela direção burocrática da CUT. Está mais do que claro que não barraremos os ataques e muito menos conseguiremos nossas principais reivindicações se não rompermos com o corporativismo e aliarmos nossas lutas às outras categorias e à população. Por isso o Sindicato dos Metroviários deve apoiar as lutas populares e de outras categorias e, mais do que isso, ser parte ativa para unificar as lutas junto aos setores anti-governistas; exigir das centrais sindicais, como CUT/CTB e Força Sindical, que pressionem com os governos e chamem um plano de luta efetivo para barrar os ataques, construído a partir de assembleias de base.

Necessário construir uma campanha de solidariedade às lutas em curso, começando por uma campanha de fotos na base da categoria em apoio a greve dos professores. Também uma campanha para que todos os políticos ganhem salário médio dos trabalhadores.

"Água morta, Terra Suja, Tanto Bebe, Até que Muda"

No estado de São Paulo, os efeitos dos 20 anos de gestão do PSDB à frente do poder executivo estadual são sentidos por toda a população. Caminhamos para o caos no estado, enquanto o poder público corta verbas e persegue os servidores públicos.

Na Educação, é grave a situação das escolas que sofrem com a falta de verba inclusive para limpeza e segurança. A superexploração dos professores de todas as categorias, mas em especial da categoria "O", ficou mais latente com os problemas na atribuição de aulas deste ano.

Na segurança pública, o governo permanece promovendo a divisão entre policiais civis e

militares enquanto o número de assaltos, estupros e homicídios permanecem altíssimos. O Secretário de Segurança Pública do Estado, Alexandre Moraes, defendeu a Cooperativa Transcooper, empresa acusada em mais de 123 processos de ser entidade de fachada para lavagem de dinheiro da organização criminosa PCC. Cego em sua fé neoliberal, o governador responde privatizando os presídios de São Paulo, transformando em lucro a tarefa social de apenar e oferecer novas oportunidades sociais aos condenados. A PM de São Paulo é uma das que mais mata no Brasil e no mundo, e tem como alvo principal a população jovem e negra, promovendo o que caracterizamos como genocídio da juventude negra e periférica, realiza prisões arbitrárias contra a população em manifestações populares, e essa realidade o governo sequer pensa em mudar.

No transporte público, a marca antipopular deste governo também é destaque. Metrô e trens seguem lotados, inseguros e muito caros. O cronograma de obras para entrega de novas estações é descumprindo sistematicamente, seja no monotrilho, de gestão do Metrô, ou na Linha 4 - Amarela, privatizada. Há 20 anos o PSDB governa São Paulo e o tormento de quem mora na periferia para vir e voltar do trabalho permanece. A falta de investimento no setor é mais grave quando se sabe que o Ministério Público comprovou a existência de um esquema de corrupção que envolve empresas como Siemens e Bombardier além de vários quadros das gestões do PSDB. O caso conhecido como Trensulão é um dos maiores escândalos do país, mas permanece encoberto pela grande mídia.

A situação da seca que atinge o sudeste deixa o desgoverno do PSDB mais evidente. O período de falta de chuvas não é uma surpresa, pois vários especialistas, inclusive da Sabesp, previram essa situação. Entretanto, o governo foi negligente escondendo da população a gravidade do tema, aplicando o racionamento sem preparar as pessoas, afetando os bairros pobres e permitindo que o nível do principal reservatório de água da região metropolitana descesse ao segundo volume morto.

A raiz da atual crise de falta d'água está na privatização velada da Sabesp através da abertura de seu capital. A empresa, que lucrou R\$ 10 bilhões nos últimos cinco anos, reduziu seus investimentos em novas fontes de abastecimento para garantir a distribuição de dividendos para um punhado de acionistas da bolsa de Nova Iorque. Soma-se a isso a forte destruição da mata em áreas de mananciais através de queimadas não prevenidas pelo governo e chegamos ao estado atual.

Isolar a categoria numa bolha metroviária trará derrotas.

A união da nossa categoria é extremamente necessária para ter condições de lutar pelos nossos interesses. Unir os nossos problemas com os dos companheiros ferroviários e rodoviários, por exemplo, aumenta nossa força.

A luta por um transporte de qualidade, com mais estações, melhores condições de trabalho e que facilite a mobilidade é uma luta que nos interessa. Sofremos com o caos nos transportes com agressões contra metroviários e situações de grande estresse.

Os ataques do governo federal contra os nossos direitos: abono salarial, seguro desemprego e auxílio doença. Além do corte de verbas de 22,7 bilhões nos setores sociais, ditos por Dilma em campanha, como prioritários.

Portanto, negar a união com os setores de lutas econômicas, pelo transporte e sociais é vantagem apenas para os patrões. Colocar os metroviários numa bolha nos torna presas isoladas e fáceis de derrotar.

Complemento dos encaminhamentos

Convidar o MPL para visitar as nossas bases com o objetivo de esclarecer 1 – não foi o MPL o responsável pela agressão aos metroviários em Belém; 2 – Apresentar as ideias do movimento à categoria e a necessidade de unir com movimentos populares.

Movimento Sindical

Diante da realidade apresentada em São Paulo avaliamos que a União de toda a categoria é o único caminho seguro e se torna ainda mais vital para nossa luta. Somente unindo os diferentes pensamentos, a Segurança, a Operação, a Manutenção, o Administrativo, Obras e demais funções é que poderemos enfrentar a tirania tucana e obter vitórias. Além da união entre os diversos setores da categoria, devemos intensificar a união com as demais categorias trabalhadoras. Somente com a classe trabalhadora unida podemos enfrentar o governo.

Nossa greve foi uma importante referência de luta, pela força que adquiriu, fruto da união da categoria, da legitimidade das pautas em defesa de nossas condições de trabalho e na luta pela qualidade do transporte público. Este último aspecto foi fundamental para consolidarmos outra relação com os usuários e movimentos sociais. O fato de ocorrer próximo à Copa do Mundo deu força para nossa pressão nas negociações, mas também foi o motivo pelo qual o governo adotou uma postura muito repressiva, com a utilização da tropa de choque sobre os grevistas e as 42 demissões.

Alckmin quis dar um exemplo: repressão para desencorajar todos os trabalhadores do país a lutarem. Esse objetivo do governo foi cumprido parcialmente, pois de um lado, houve um recuo da greve no momento das demissões, pois a maioria dos trabalhadores em assembleia avaliou que não tinha condições de continuar, mas de outro, nossa greve foi reconhecida nacional e internacionalmente como uma referência de luta.

A continuidade da luta pela readmissão e a solidariedade dentro e fora da categoria revelam que temos total condições de impor uma derrota ao governo revertendo as demissões. Este ataque está no contexto de criminalização dos movimentos sociais, de restrição às liberdades democráticas, que foram as respostas dos governos para as manifestações que explodiram desde junho de 2013. Processos, indiciamentos, prisões e demissões dos ativistas em várias categorias são recursos dos governos para intimidar os movimentos sociais.

Diante dessa situação, nosso sindicato não deve se limitar apenas à luta corporativa, que não é capaz de defender sequer nossas reivindicações específicas, porque estamos sujeitos aos ataques gerais que são realizados sobre o conjunto dos trabalhadores.

Temos que impulsionar a unidade dos trabalhadores para lutar por uma nova realidade social, os movimentos sindicais e populares que se propõem a lutar de forma coerente em defesa dos trabalhadores e setores explorados e oprimidos são nossos aliados nessa luta. Reforçamos que o Sindicato deve ter a mais completa independência em relação a qualquer governo, aos patrões e às instituições do Estado, no campo político e financeiro.

Por isso, propomos:

- Fazer um amplo debate na categoria sobre a necessidade da central sindical até o próximo congresso, participando como observador nas Centrais Sindicais CSP Conlutas, Unidos pra Lutar – Associação Nacional de Sindicatos, movimentos populares e de juventude que sejam oposição de esquerda ao governo Dilma. Isto exclui as centrais governistas, e as centrais atreladas aos setores de direita e à patronal.
- Participar do espaço Unidade de Ação que hoje já unifica no campo sindical grande parte desses setores.
- Intensificar nossa relação com os movimentos sociais e de juventude. Com especial atenção as novas formas de organização que surgiram, ou se fortaleceram a partir das mobilizações de 2013: MPL, Movimentos por moradia e reforma urbana, movimentos culturais de periferia, etc.

- Continuar a devolução do imposto sindical aos sócios, e criar um fundo de greve com o imposto sindical dos não sócios que não forem retirar o dinheiro dentro do prazo estabelecido.
- Trabalhar em conjunto com as demais categorias e centrais a construção de uma greve geral.
- Participar do calendário de lutas do dia 7 ao 9, com setoriais nos pátios e utilização de adesivos contra o PL4.330, protagonizando essa luta, ajudando a organizar um dia nacional de luta no dia 7/4, tendo como centro a ida à Brasília ou um grande ato unificado. Procurar/contatar o conjunto do movimento sindical e popular.

Transporte

A serviço dos trabalhadores

Tendo em vista as atuais políticas nacional, estaduais e municipais que buscam privatizar e terceirizar os serviços chamando os trabalhadores do transporte a constituir um fórum nacional em defesa do transporte público e dos direitos dos trabalhadores.

No Brasil, o transporte rodoviário foi escolhido como principal modal para cargas e passageiros. Em relação ao custo benefício é o modal mais caro, tem pequena capacidade e é altamente poluente. Isso ocorreu pela imposição das multinacionais automobilistas, petrolíferas e também das grandes construtoras.

Assim, nas grandes cidades, o transporte rodoviário é dominante. Temos quase um terço de viagens sendo realizadas por automóveis. No transporte coletivo, mais de 90% por ônibus. Outro fato marcante é a grande quantidade de viagens a pé ou de bicicleta, quase próximo a 30% devido ao alto valor das tarifas.

O transporte de alta capacidade tem como principal modal os trens e metrô e representam apenas 3% das viagens. Segue a lógica de privatizar e colocar o transporte a serviço dos lucros dos grandes empresários do transporte. Para romper com essa lógica, devemos lutar por:

- Seguir uma campanha nacional pela estatização de todo transporte coletivo, denunciando que praticamente todas as obras de Metrô e ferrovia previstas nos PAC's serão realizadas mediante Parceria Público Privada.
- Atualizar a cartilha da campanha dos 2% do PIB para transporte sobre trilhos. Somar a esta campanha a discussão sobre balanço social do Metrô, utilizando-o como mecanismo de retorno financeiro para o metrô. Realizar um seminário sobre mobilidade urbana para fundamentar a atualização da cartilha.
- Mudança do modal prioritário de rodoviário para transporte sobre trilhos, aumentando também a participação de outros modais na matriz com exceção do rodoviário.
- Lutar pela redução da tarifa, rumo à tarifa zero com subsídio para as empresas estatais.
- Valorização dos trabalhadores dos transportes: regulamentação da profissão metroviária.
- Queremos operadores de trem na cabine e cobradores nos ônibus!
- Exigência do cumprimento dos prazos de entrega de todas as obras de transporte sobre

trilhos.

- Fim da concessão às empresas privadas no sistema de ônibus. Não a renovação das concessões.

São Paulo possui mais de 11 milhões de habitantes e, ainda que a maior parte dos deslocamentos seja por transporte coletivo, o modelo no qual o poder público sempre investiu foi o particular. Com 4,6 milhões de passageiros transportados ao dia, o sistema metroviário conta com apenas 78km de extensão. O Estado mantém uma política de sucateamento do metrô e da CPTM, buscando justificar a terceirização dos serviços, as PPPs, as concessões e a privatização do transporte. Basta ver a situação precária dos serviços de ônibus para perceber que o modelo de concessões não está a serviço da população.

Apesar de que grande parte está privatizado, a saúde, educação e transporte são direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado. O caso do transporte é pior, pois não há sequer acesso a um serviço gratuito, ainda que precário e restrito como na saúde e educação públicas. Pelo contrário, o transporte em SP possui uma das tarifas mais caras do mundo. A maior parte dos custos, cerca de 80%, é pago pelo usuário. O vale transporte não atende trabalhadores informais e mal atende os terceirizados.

As manifestações de 2013 tiveram a crise dos transportes como o motor principal e vimos milhões de pessoas irem às ruas indignadas com outro aumento. O governo do Estado, comandado pelo PSDB há mais de 20 anos, tenta colocar nós metroviários contra o transporte gratuito para a população: alega que os aumentos garantem nossos salários ou uma PR maior. Não é verdade. O principal interesse do Estado é garantir o lucro dos cartéis, propinoduto e acordos com empreiteiras e terceirizadas.

Somente quando trabalhadores e usuários controlarem o transporte público é que poderemos garantir as condições de trabalho necessárias às nossas funções e um transporte a serviço das necessidades da população. Governos e empresas argumentam que é impossível garantir salários e direitos aos trabalhadores e sequer reduzem a tarifa. Pois então que abram os livros de contabilidade das empresas públicas e privadas de transporte para demonstrar que o dinheiro existe, mas é gasto com lucros, corrupção e salários exorbitantes dos cargos de confiança. Além disso, como são os patrões que se beneficiam com nosso deslocamento, que eles arquem com os custos – por que os jatos particulares e helicópteros não pagam IPVA, por exemplo?

- Metrô estatal, público e de qualidade! Fim da concessão da linha 4-Amarela! Não às PPPs!
- Expansão da malha metroferroviária com planificação controlada pela população!
- Estatização do sistema de transporte com controle de trabalhadores e usuários. Criação de um fundo a partir de impostos às grandes fortunas, garantindo-se a redução drástica da tarifa rumo à gratuidade! Abertura dos livros de contabilidade!
- Não pagamento da dívida pública, prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores do propinoduto para investimento em expansão e qualidade do transporte!

O assustador nível em que está a corrupção no transporte na cidade de São Paulo, principalmente no Metrô e CPTM. Necessita ser combatida.

O PSDB há 20 (vinte) anos governando o estado, aprofunda-se na roubalheira através do Propinoduto, não investe no transporte e nem nos trabalhadores; não expande as malhas metroferroviárias e não garante qualidade no serviço à população. Os usuários são transportados como sardinhas na lata nos horários de pico. E os trabalhadores se veem ameaçados e com o quadro cada vez mais reduzido, transportando mais usuários.

Por outro lado, o que se vê pelo país é um incentivo cada vez mais latente para que a população compre carro, estimulando assim o transporte individual, contribuindo com os

congestionamentos, poluições, etc. A prefeitura de São Paulo investe em corredores de ônibus, ciclovias, mas ainda é muito tímida a ação.

A Linha 4 do Metrô atravessa uma crise, com atraso nas obras e dinheiro do estado “entrando pelo ralo”, nas linhas estatais, superfaturamentos com equipamentos e trens.

Tendo todo o exposto e inserindo o contexto da problematização do CBTC, Driverless e o envolvimento de empreiteiras nos escândalos de corrupção, propomos a formação de um grupo de estudos aberto aos metroviários e demais trabalhadores interessados acerca dos adventos tecnológicos do transporte coletivo, ressaltando a defesa dos postos de trabalho nos trens, estações e manutenção esses debates devem ser realizados procurando anteceder as implementações.

Exigimos:

1. Fim das PPPs (Parcerias Público-Privada)
2. Estatização da Linha 4-Amarela
3. Que os governos invistam na malha metroferroviária
4. Trens com operadores na cabine
5. Convênios com estacionamentos nas periferias para que os metroviários não atravessem a cidade percorrendo quilômetros de distancia para chegar ao local de trabalho
6. Regulamentação da profissão metroviária
7. Redução da passagem

Opressões

Moção de repúdio

Moção de repúdio ao Leonardo, delegado do pátio Jabaquara devido às falas referentes ao debate sobre opressão.

Relato dos fatos:

"...as mulheres são relaxadas, saíam com homens casados, engravidavam e depois faziam aborto".

O companheiro foi alertado sobre a gravidade da fala e logo após, no debate sobre criação da secretaria LGBT na defesa de sua posição contrária, alegando que era um tema polêmico, afirmou não saber distinguir quais casos a homossexualidade seria uma opção ou doença.'

A origem da opressão da mulher pelo homem está ligada a estrutura patriarcal na sociedade. É útil para os poderosos o máximo de divisões na classe trabalhadora, inclusive entre homem e mulher. O patriarcado enquanto sistema de dominação dos homens sobre as mulheres constitui-se num conjunto de valores que historicamente foram se estabelecendo e determinando lugares sociais e de poder.

O dia internacional de luta das mulheres, 8 Março, mostra que as mulheres nunca estiveram

satisfeitas com essa situação. No Dia 8 de março de 1857, operárias têxteis de Nova Iorque reivindicavam melhores condições de trabalho. A greve foi reprimida com violência e 130 mulheres foram trancadas dentro da fábrica e incendiadas.

A sociedade machista, capitalista e opressora aumenta a desigualdade social para a mulher. Crescem os casos de assédios, violência, mercantilização e hiperssexualização do corpo feminino. Atualmente a violência doméstica mata 15 mulheres/dia segundo pesquisa do IPEA.

A farra da FIFA e sua Copa em 2014 mostrou um Brasil obediente aos mandos das empresas que vendiam pacotes de Ingressos+Mulheres. A Globo não ficou para trás. O seriado "Sexo e as Negas" reforçou o estereótipo de que retratam as negras sempre com afazeres domésticos, corpo desnudo ou até como brindes, como fazem marcas de cervejas. Essa propaganda da mulher aumenta a violência contra as mulheres.

Com a dependência econômica a mulher fica subjugada, tornando as relações desiguais de poder e "espaços" atribuídos a homens e mulheres. Assim, a autonomia é um importante passo para a redução das desigualdades de gênero. Onde as mulheres tenham poder de decisão sobre suas vidas e corpos, rompendo as relações de subordinação, exploração e dependência que limitam suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social.

O estado por sua vez ajuda a eternizar os afazeres domésticos para as mulheres. Segundo Ministério Público no estado de São Paulo o número chega a 127,4 mil crianças na fila de Creches, e esses números se concentram nas periferias. Já quando se precisa de uma delegacia da mulher não há atendimento a partir das 17 horas, nem em finais de semanas ou feriados. Isso se a mulher achar uma das 466 delegacias ou as 72 casas abrigo espalhadas nos 5500 municípios do Brasil.

Se não bastasse, as mulheres sofrem com a diferença salarial. Segundo o CENSO 2010, 37,3% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, sendo que a razão entre o rendimento médio das mulheres em relação aos homens é de 67,6% e estas são maioria, com 78,3%, no setor de serviços, que possui menor remuneração.

Diante destas condições apontamos como saída o fim da opressão do sistema patriarcal, útil aos patrões, que condena às mulheres ao espaço privado, dupla jornada e menores salários. É preciso combater cotidianamente o machismo e a violência, fortalecer e apoiar que as mulheres ocupem espaços na sociedade para ampliar as conquistas femininas.

Direitos da Mulher: No Brasil a cada 1h30min morre uma mulher por consequência da violência doméstica. A cada 2 dias uma brasileira (pobre) morre em clínicas de aborto clandestino devido a criminalização do aborto. Enquanto isso, o programa de combate à violência às mulheres sofreu um corte orçamentário de 22% por parte do governo e a Lei Maria da Penha é ineficaz.

A cada R\$100,00 ganhos por um homem, uma mulher ganha R\$74,00, e para piorar convivem com a falta de creches públicas, falta de moradia, sofrem com o assédio sexual no trabalho, nos transportes públicos, etc.

Propomos reforçar na Pauta da Campanha Salarial as reivindicações da mulher, tais como creche, função igual salário igual, e garantir uma campanha interna contra assédio e discriminação das chefias e exigir uma campanha de conscientização e punição aos assediadores no transporte e não vagão exclusivo, onde segregaria as mulheres.

Contra o racismo: Segundo o IBGE, o analfabetismo entre os negros é o dobro do que entre brancos. As taxas de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais de idade foram de 6,5% para brancos e de 14% para negros. No mercado de trabalho brancos ganham em média 40% a mais. Os negros representam 73% da população mais pobre do país – os brancos representam 26% entre os mais pobres e 86% entre os de maior renda.

Existe no Brasil o mito da "democracia racial". Os governos e os empresários utilizam o racismo como forma de aumentar a exploração do trabalho e diminuir os direitos sociais. A PM reprime majoritariamente jovens, pobres e negros e quando um jovem é pobre e negro

então sofre três vezes mais. O racismo é institucional.

Contra a discriminação sexual: Os homossexuais sofrem discriminação que vai desde piadas, insultos, agressões psicológicas até a violência física e assassinato.

Além do combate ao preconceito, é importante a luta pelos direitos sociais dos casais homossexuais tais como direito a adoção, casamento, herança, assim como a promulgação de uma lei que puna a homofobia.

Também deve haver organização de campanhas contra todo o tipo de preconceito contra imigrantes tais como nordestinos, haitianos, árabes, etc, e também contra obesos e homossexuais.

Os opressores estão no poder escrevendo a história e fingem que os oprimidos nunca foram capazes de romper com a vida que lhes é destinada. Escondem que Machado de Assis era negro para que não lembremos do que um negro é capaz. Escondem as grandes mulheres que ousavam tomar o espaço que pertencia apenas aos homens brancos e ricos.

Propomos campanhas que relembrem suas lutas tanto para a categoria quanto para a população em datas como a semana da Consciência Negra ou no Dia Internacional da Mulher.

É preciso aumentar a participação dos trabalhadores nas secretarias das mulheres e dos negros, com um calendário regular de reuniões abertas divulgado pelo sindicato. Essas secretarias devem agir contra casos de preconceito e assédio ocorridos contra a categoria e contra a população através de debates e materiais próprios, de modo a não naturalizar esse tipo de atitude.

Depois da agressão homofóbica sofrida pelo companheiro Danilo dentro do Metrô, fomos parte importante de uma ampla campanha de solidariedade nos locais de trabalho que se mostrou como um primeiro passo para o combate à homofobia. Consideramos que essa luta não deve parar aí. É necessária a criação de uma secretaria LGBTT e que todos os ativistas, delegados sindicais, cipistas junto com o Sindicato organize uma grande Semana contra a Homofobia como parte de lutar contra essa opressão que cotidianamente é utilizada pelos patrões para dividir nossa classe!

TESE – RESOLUÇÃO DO 9º ENCONTRO DE MULHERES

1. Lutas gerais das mulheres trabalhadoras

a) Proposta de Resolução Sobre Conjuntura

- Lutar contra a Retirada de direitos, pela revogação das MPs 664 e 665;
- Participar da luta pela água;
- Participar e impulsionar as lutas contra as demissões e contra o aumento das passagens;
- Que o dia 8 de março e o 25 de novembro são parte do calendário de lutas;
- Campanha pela Readmissão dos 42 demitidos como um dos eixos da campanha salarial.

b) Propostas de luta para o Combate à violência contra a mulher

- Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, com mais delegacias da mulher, construção de casas-abrigo, construção de centros de referência da mulher e de punição aos agressores;
 - Campanha de 1% do PIB para o combate à violência contra as mulheres;
- Passar abaixo assinado em toda categoria;

c) Sobre a luta por um transporte público, gratuito, estatal e de qualidade:

- Lutar pela expansão da malha metroferroviária na cidade de São Paulo e em todo país, como parte da luta pelo transporte público e também para evitar a superlotação que proporciona ambiente favorável ao assédio. Essa expansão não pode se dar via PPPs, pois o transporte deve ser público, com investimento do dinheiro público dos estados, em níveis federal e estadual com controle de trabalhadores e usuários.
- Lutar pelo investimento de 2% do PIB no transporte, triplicando a rede metroviária, e ampliação dos corredores de ônibus;

d) Sobre a luta em defesa da saúde da mulher trabalhadora:

- Defesa de educação sexual para escolher contraceptivos fornecidos pelo Estado para prevenir e direito ao aborto garantindo pelo SUS para não morrer
- Direito a plena maternidade: pela ampliação de vagas em creches e escolas públicas, criação de lavanderias e restaurantes públicos
- Saúde pública gratuita e de qualidade para todas. Estatização do SUS!
- Lutar pela vacina contra o HPV pública.

2. Proposta para o Sindicato organizar junto à categoria:

- Intensificar mecanismos de aproximação entre metroviárias e usuárias do metrô
- Ampliar a Campanha Contra o Assédio Sexual dentro do transporte público que deve ter a participação da CIPA e do Sindicato;
- Realizar uma pesquisa junto à população sobre a necessidade do vagão exclusivo e de outras medidas para combater o assédio sexual no metrô.

- Lutar pela punição aos agressores;
- Fazer bottons para a campanha "basta de assédio"
- Criar um espaço do Sindicato como o e-mail da Secretaria de Mulheres, para que as metroviárias possam denunciar os casos de assédio sexual presenciados nos locais de trabalho, tal recurso servirá para notificação alternativa dos casos;
- Criar um espaço no site e no facebook para que possam ser feitas denúncias.
- Produzir cartilhas educativas sobre assédio moral e sexual para a categoria, com destaque para a situação das mulheres.
- Produzir material de orientação sobre as circunstâncias e perfil dos casos de assédio sexual no metrô, a fim de informar as mulheres e ajudá-las a se defender.
- Organizar reunião com as mulheres, em especial as jovens cidadãs e terceirizadas nos locais de trabalho, para orientar e discutir os casos de assédio moral e sexual de chefia, colegas e usuários.
- Impulsionar uma campanha de conscientização dos trabalhadores e trabalhadoras contra o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.
- Organizar debates entre metroviários e usuários sobre o tema do assédio no metrô
- Campanha contra o assédio com fotos nos locais de trabalho
- Carta aberta distribuída com apitos.
- Organizar Cine-debate sobre opressões, passando filmes que mostrem a situação e a luta de mulheres negras e LGBTTs com alguma periodicidade.
- Criação de uma Secretaria LGBTT no Sindicato, com a realização de pelo menos uma semana de cultura e debates sobre o tema. Produzir uma cartilha para informar e combater a homofobia entre os colegas de trabalho.
- Construir o ato do dia 8 de março, com um bloco classista e anti-governista, com confecção de faixas, coletes contra o assédio, a violência e o racismo
- Buscar esclarecimento sobre o Selo da Diversidade.
- Realização de questionário para sintetizarmos as demandas de raça, gênero e orientação sexual.
- KIT Anti-Homofobia

3. Proposta de emendas à pauta da Campanha Salarial 2015:

a) Sobre a luta pela melhoria do transporte público e das condições de trabalho dos funcionários:

- Exigir contratação imediata de funcionários, liberação dos convocados para exame médico do último concurso, para reposição do quadro das estações, tráfego, segurança, manutenção e administração.
- Efetivação dos terceirizados, jovens cidadão e estagiários.

Fiscalização e comprometimento do Metrô no bem estar e nas garantias trabalhistas dos funcionários terceirizado, jovens aprendizes e estagiários

b) Sobre o combate ao assédio sexual e a violência contra a mulher no transporte público:

- Que o Metrô financie atendimento médico e/ou psicológico para as vítimas de assédio ou violência no metrô.

- Que o Metrô forneça espaço para a Secretaria de Mulheres do Sindicato fazer uma campanha contra o assédio e a violência
- Exigir que o Metrô disponibilize kit de roupas para as vítimas de violência, uma vez que precisam apresentar a vestimenta com resíduos para prova da violência.
- Exigir que tenha um protocolo de notificação de casos de violência próprios do metrô, para que sirva de banco de dados estatísticos.
- Exigir o funcionamento de uma delegacia de mulheres na estação Sé, a priori. Além da garantia de atendimento médico-psico-social às vítimas.
- Adequação da Delpom para atendimento de mulheres vítimas de violência.
- Exigir mais contratação de funcionários para as estações e mais mulheres para o setor de segurança.
- Exigir um treinamento que contemple, de fato, uma preparação para atender aos casos de violência sexual ocorridos no metrô.
- Intensificar as campanhas educativas de combate ao assédio sexual no metrô. Exigir ainda que o Sindicato tenha espaço para fazer essas campanhas nas plataformas do metrô.
- Que o Metrô produza um kit anti-homofobia para metroviários, terceirizados e jovens-cidadãos.

c) Sobre o combate à violência e assédio contra a mulher metroviária:

- Exigir direito à licença remunerada para as vítimas de violência ou assédio;
- Exigir do metrô que o Sindicato tenha espaço no treinamento dos novos metroviários e também dos jovens cidadãos, para discutir temas como o assédio moral e sexual;
- Exigir do Metrô que o Sindicato também tenha espaço de discussão com os terceirizados e jovens cidadãos que já estão trabalhando.

d) Sobre a saúde da mulher metroviária:

- Exigir do Metrô grupo de acolhimento de Parto Humanizado
- Que a Metrô organize uma campanha contra violência obstétrica: Contra a episiotomia, assistência de enfermeiras obstétricas e doulas
- Lutar para que haja cobertura de Parto Humanizado pela Metrô
- Por lavanderias, restaurantes e creches gratuitos nos locais de trabalho (com efetivos e não empresas terceirizadas) para acabar com a dupla jornada
- Que a Metrô aceite companheiros/as apenas com apresentação de união estável
- Que os avôs e avós metroviários com guarda dos netos possam colocar os mesmos como dependentes do Plano de Saúde
- Que a Metrô forneça a vacina contra o HPV

4. Proposta de Alteração dos Tópicos da pauta da Campanha Salarial:

- 30.1 – E que este serviço não seja terceirizado. (Inclusão) (creche)
- 43.1 - Mudar o “frequentemente” para trimestralmente. (Alteração) (periodicidade da reunião da comissão de ações afirmativas)
- 43.2 – Que essa Comissão sobre ações afirmativas utilize a pesquisa de diversidade feita pelo Metrô e o censo do Sindicato para embasar a Comissão de Empregados.
- 43.8 – Implementar cotas raciais e cotas para mulheres nos cargos de chefia, de forma

- proporcional: quando for movimentação interna será proporcional ao número de mulheres e negros dentro da Cia. Em caso de movimentação externa, proporcional ao número de mulheres e negros inscritos. Além disso, ter no mínimo, 20% de mulheres no OPS.
- 45.6 – Pagamento de PR Integral para quem utilizou o direito de licença maternidade ou paternidade
- 62.2 – Fundamentar essa defesa com base também no Estatuto do Idoso/ampliar a idade de acompanhamento para 18 anos.
- 62.15 – Quando trabalhar no dia de Ponto Facultativo receber Hora Extra como se fosse feriado.
- 62.16 – Abono de ausência de meio período para comparecer às reuniões de pais nas escolas, para filhos de até 14 anos.
- 68.3 – Garantia de Licença Médica de 30 a 60 dias no mínimo ou a critério do médico para mulheres vítimas de aborto.
- 72.2.7 – O Metrô deve garantir disponibilidade de uniforme e EPI, em todos os modelos e numeração, a todos os empregados e empregadas
- 72.38 – Também deve garantir ou ressarcir o custo dos serviços de ajuste de alfaiataria/costura.

5. Licença maternidade e paternidade

- Ampliação da licença maternidade para 1 ano e paternidade para 4 meses, rumo a igualar a licença da mãe
- 72.28.2 – Incluir enfermeiro do trabalho na Comissão.

Parágrafo 1º - Incluir além de racismo, machismo e homofobia.

- 75.7 – Questão dos OTM1 Part-time Plataforma: extinção dessa modalidade de contratação. Dar treinamento completo e contratar para período integral.

O 11º Congresso dos Metroviários de São Paulo reconhece que foi um erro a participação da empresa multinacional Mary Kay em uma das atividades de lazer do 9º Encontro de mulheres da categoria. Mesmo não sendo uma atividade da programação oficial do Encontro, reconhecemos que não foi correto e apontamos a importância disso não se repetir.

Moção de repúdio: *nós, trabalhadores e trabalhadoras, repudiamos a participação da empresa multinacional Mary Kay (empresa de cosméticos) no 9º Encontro de mulheres metroviárias realizado nos dias 28/02 e 1º/3 de 2015, a convite da organização, pois entendemos que não devemos mercantilizar os nossos espaços de luta para sustentar o capitalismo enquanto lutamos contra a exploração e opressão!*

Plano de Lutas, Pauta de Reivindicações, Campanha Salarial

Nos últimos quatro anos a categoria conseguiu avançar em sua organização. Isso resultou em um grande avanço nas conquistas econômicas (aumento real em todos os anos, aumento do VR muito acima da inflação com fim do desconto, VA subiu 190% e VA de fim de ano). Além de recuperarmos forças para reagir à retirada de direitos e almejar lutas maiores com outros setores. Avançamos na disputa do apoio da população com Cartas Abertas tratando da realidade de usuários e metroviários.

A maior mobilização da categoria, suas lutas mais fortes e a unidade com setores mais combativos possibilitou ainda várias conquistas como Licença maternidade de 6 meses; Auxílio-transporte de 6 para 12 tarifas; Auxílio-creche para metroviários e metroviárias com aumento muito acima da inflação; Ajudantes reenquadrados como Oficiais, Reenquadramento salarial de CSTs; Retorno do concurso interno para algumas áreas; Equiparação total ou parcial de mais 3700 funcionários; Risco de vida de 10% para 15%, e periculosidade para ASM I, ASM II e GSI; Plano de carreira para os TSMs; Reenquadramento de Pintores e Serralheiros, etc.

Mas não podemos baixar a guarda, pois além de termos pendências históricas, os governos e patrões tentam retirar nossas conquistas e nos atacar, como as 42 demissões da greve de 2014. Entendendo que a luta da categoria pela readmissão segue como umas de nossas principais batalhas, tanto dos demitidos de 2014 como os de 2007. Que a categoria segue firme nessa luta e, além disso, faz um esforço financeiro para custear ajuda de custo aos demitidos políticos. Sendo coerente com esse esforço, propomos:

- que os demitidos de 2007 ou de 2014 que já tiverem outro emprego ou se aposentarem posteriormente à demissão, ou tiverem outra fonte de renda oficial, não recebam mais essa ajuda de custo da categoria através do Sindicato.

Propostas:

- Avançar no diálogo com a população, intensificando a **Carta Aberta**, e entrar nas mídias maiores.
- Avançar a discussão sobre a abertura de catraca.
- Fazer uma campanha com o setor do plano de contingência de que greve é um direito.
- Reforçar Alguns Eixos de Campanha: Readmissão Já; Plano de Carreira para a Manutenção; Incorporação dos Seguranças no Plano de Carreira da Operação contemplados com os nossos critérios; PR igualitária; Equiparação salarial; Periculosidade para quem tem direito (OTM I, GLG, etc); Mais dinheiro do Metrô para o Metrô.

Passamos por um período de grandes mudanças. Diante disso, é necessário que os metroviários desenvolvam um plano de lutas no qual ocupemos um papel à altura de nossa imensa força social para conquistarmos nossas reivindicações históricas. Para tanto, precisamos nos colocar na linha de frente das principais lutas populares.

Nossa 1ª tarefa é redobrar a campanha na base da categoria e junto aos usuários pela readmissão dos metroviários demitidos na greve de 2014. Não podemos aguardar passivamente a Justiça decidir se vai reintegrar os nossos companheiros: temos que travar uma batalha política pela readmissão.

Devemos aumentar nosso apoio à juventude que luta contra o aumento da tarifa, o que

não significa apoiar ações de depredação e agressão a funcionários. Devemos nos juntar também às nascentes manifestações contra a falta de água, defendendo restrições no uso da água em indústrias e resorts, em favor do fornecimento para o consumo da população.

Sabemos, entretanto, que o principal ator das lutas populares é a classe trabalhadora e que as mobilizações tendem fracassar sem a sua presença na luta. É imprescindível nos aliarmos com outras categorias de trabalhadores estabelecendo um plano conjunto de ação. Com sua força, os metroviários devem assumir papel central nessa tarefa e fazer um chamado a todos os sindicatos e centrais sindicais a construírem um grande encontro nacional de trabalhadores, com delegados eleitos nas bases e ampla convocatória.

Mas não podemos nos esquecer da “lição de casa”, pois ainda há um longo caminho a trilhar na organização da categoria metroviária. Precisamos aprofundar a relação com os locais de trabalho e incentivar a criação de fóruns de debate nas bases, com reuniões e eleição de representantes locais.

- Que na Campanha Salarial a principal pauta de reivindicações seja a Readmissão imediata dos metroviários demitidos por lutar!
- Fim das terceirizações no transporte público! Efetivação dos terceirizados, com concurso público com pontuação extra para os terceirizados que atualmente ocupam esses cargos, pois todos os dias provam estar aptos em realizar suas funções, com iguais salários e direitos!
- Aumento do quadro de funcionários de acordo com a necessidade estabelecida pelos trabalhadores de cada área.
- Redução de jornada sem redução de salários, 36 horas para todos os metroviários.
- Fim das distorções salariais, equiparação já para todos.
- Fim dos cargos de nomeação, rotatividade nos cargos de supervisão imediata pelos funcionários nas áreas!)

O Congresso deve unir a categoria na luta pela reintegração dos demitidos de 2007 e 2014 e preparar uma vitoriosa Campanha Salarial!

O governo mantém a pressão política contra os demitidos e não esperou sequer a notificação oficial e quis, com “requintes de crueldade”, demitir novamente na véspera do Natal. Portanto é preciso manter a vigilância, a solidariedade e a mobilização da categoria.

Os problemas que geraram a greve do ano passado não foram resolvidos: Plano de Carreira, PR igualitária, Contratação de mais funcionários, Jornada de 36 horas, Periculosidade, Plano de Saúde para os aposentados e Gestão democrática na Metrô, apenas para citar um resumo.

Defendemos que em 2015 concentremos forças nas bandeiras mais sensíveis da categoria somadas a luta pela reintegração de todos os demitidos.

Na Campanha Salarial de 2015 enfrentaremos o mesmo Alckmin truculento e ainda teremos que reerguer a autoestima da categoria, pois as demissões na greve de 2014 ficaram marcadas. Herdamos um modelo de negociação que já está ultrapassado e sabemos que a empresa não tem autonomia na mesa.

Ressaltamos a necessidade de manter nossas reivindicações estruturais como transporte público, estatal e de qualidade; redução da tarifa; expansão nas linhas; concurso público; fim da corrupção e cadeia aos bandidos do “trensão”.

Mas nossa Campanha só esquenta mesmo nas últimas rodadas de negociações, quando efetivamente o governo entra em ação e os índices econômicos vêm à mesa, ou seja, quando

discutimos salários, vale-refeição, vale-alimentação, periculosidade, equiparação, plano de carreiras, plano de saúde, jornada, estabilidade no emprego, escalas etc.

Nesse sentido, precisamos elencar nossas prioridades na pauta de reivindicações e exigir a presença do governo, pois dessa forma proporcionaremos a possibilidade de discutir centralmente os pontos vitais da categoria e assim avançar nas reivindicações históricas.

Elaborar uma estratégia na Campanha para estarmos fortes e unificados, buscar a unidade com os movimentos sociais, com os trabalhadores de outras estatais e sobre tudo, com as categorias do transporte coletivo.

Criar um Fundo de Greve com conta específica e administrada por uma direção também eleita pelos trabalhadores.

E também precisamos retomar nossa PR igualitária e exigir que não se imponha metas.

Mas precisamos abrir um debate na categoria sobre essas metas, pois elas existem e, através delas, a empresa vem reduzindo o valor. Portanto, teremos que estudar e impor que as metas que nada têm a ver com o trabalhador metroviário não façam parte da mensuração. Que a PR seja paga em caráter de verbas salariais.

Também devemos questionar, até na justiça se for o caso, a condição dos negociadores por parte da empresa. Eles representam o corpo diretivo da Cia., por isso querem a proporcionalidade. Será que não seria uma espécie de improbidade? Negociam pagamentos maiores da PR para eles mesmos!

A validade dos concursos internos será de um ano, prorrogado por mais um, ou enquanto houver vagas para aquela função.

RÉGUA SALARIAL - PAUTA

Na Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô existem régua salarial distintas para atividades com igual valor.

No sentido de corrigir estas distorções o 11º Congresso delibera:

- 1º) Pela equiparação da régua salarial de Oficial Manutenção Industrial com Oficial Veículos.
- 2º) Pela equiparação da régua salarial do Oficial Manutenção Instalações II com Oficial Manutenção Industrial.
- 3º) Pela equiparação da régua salarial do Oficial Logística Almoxarifado I com Oficial Manutenção Industrial.
- 4º) Pela equiparação da régua salarial dos Técnicos Sistemas Metroviários com Técnico Inspeção Equipamentos.
- 5º) Pela equiparação da régua salarial de Analista de Desenvolvimento Gestão III com Analista de Informática III.

O 11º Congresso delibera:

- 1º) Pelo aporte de recursos pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô de 15,30% da folha de pagamento sobre 13º Salário e Participação dos Resultados – PR para o Fundo de Subsídios aos Aposentados – FSA para redução da mensalidade dos planos de saúde dos aposentados.
- 2º) Pelo aumento do aporte de recursos pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô de 15,30% para 18,31% sobre a folha de pagamento para o plano de saúde para o Metrus Saúde Integral - MSI.

3º) Metrus Saúde Integral – MSI aos aposentados cuja implantação deverá passar por um Plebiscito, considerando os seguintes quesitos: a) Direito vitalício de permanecer no plano MSI – Autopatrocinado aos aposentados que contribuíram ao plano quando da ativa, b) Direito de migração dos Assistidos e Pensionistas ao plano MSI – Autopatrocinado que contribuíram para o plano quando da ativa e c) Utilização do Fundo de Subsídio ao Aposentado – FSA para o plano MSI – Autopatrocinado. Que todo o custo passe para o Metrus. 1º Organizar debates sobre a situação do Metrus com convocação dos eleitos da categoria, eleitos para nos representar, dando explicações das situações e decisões do Metrus; 2º Já que o Metrus não reconhece o Sindicato como representante dos participantes dos planos, aprovamos: a) fazer abaixo assinado em todas as bases e enviar ao Metrus, mostrando a insatisfação dos participantes; b) verificar juridicamente como o sindicato poderá agir e defender participantes ativos e aposentados; c) exigir que o Metrus abra as suas contas e se preciso for, fazer uma auditoria.

Convivemos diariamente com a terceirização cada vez mais presente no Metrô. Baixos salários, um regime de trabalho desgastante (uma única folga na semana), ausência de convênio médico, cesta básica reduzida (em caso de licença médica), entre outros absurdos. Essa é a realidade dos trabalhadores das terceirizadas - e a revolta é cada vez maior! Além de não ter os mínimos direitos garantidos, terceirizadas e Metrô não cumprem nem o acordo coletivo (e o Siemaco nada faz para defendê-los). Centenas de cestas básicas permanecem atrasadas, e a do mês de fevereiro só foi entregue na última semana do mês após grande pressão dos trabalhadores. Precisamos nos solidarizar aos companheiros terceirizados, apoiar suas reivindicações e cobrar do Metrô sua responsabilidade na ausência de condições de trabalho.

Incorporar já, como eixo da nossa pauta, o fim dos descontos no vale-alimentação dos trabalhadores terceirizados; e a defesa da efetivação, com concurso público com pontuação extra para aqueles que trabalham nas referidas funções dos terceirizados do Metrô!

Menor carga horária;

- A redução da jornada de trabalho sem redução de salário como eixo principal de nossa Campanha Salarial;
- O Sindicato deve inserir esse debate na categoria compondo campanha pela desmilitarização da polícia;

Realizar seminário sobre segurança pública no sistema metroviário.

Organização de Base

Os motivos da força de nossa greve foram a melhoria em nossas condições de trabalho e a combinação disso com a denúncia da situação do transporte público. Mas o fundamental de nossa força foi o envolvimento massivo na categoria. E para isso, é muito importante que o Sindicato siga estimulando a eleição de delegados sindicais, assim como o desenvolvimento de comissões de base, que representem a organização das áreas. E essa organização por local de trabalho precisa manter um diálogo cotidiano com o Sindicato.

Propomos a manutenção do Conselho Consultivo da categoria, nos moldes do Estatuto, com reunião trimestral da Diretoria, cipeiros, delegados sindicais e ativistas. Por sinal, ele não está funcionando de forma adequada e teria sido de grande utilidade na última greve. Por isso, propomos que ele seja utilizado na Campanha Salarial para fortalecer a nossa mobilização.

Levando em conta a nossa proposta e instaurar a Eleição Proporcional por chapa e voto nominal nas áreas, um dos métodos mais democráticos de organização sindical, não cabe que o Conselho seja deliberativo, pois alteraria a relação de representatividade determinada

nas urnas. Por isso, deve continuar a ser consultivo. Em situações mais decisivas como uma greve quem define é a assembleia geral.

Criação de um núcleo ou centro de estudos metroviário permanente.

Criação e investimento na elaboração de um centro de memória metroviária, no qual esteja incluída a necessidade de digitalização de nosso arquivo histórico para valorizar a história da categoria.

Alteração da Identidade visual do Sindicato.

Os ataques dos governos e patrões à organização da classe trabalhadora se intensificaram inclusive utilizando-se de métodos que visam estrangular financeiramente, mesmo aquelas entidades que abrem mão do vínculo financeiro utilizado pelas burocracias sindicais, como no nosso caso, que devolvemos a parte que nos cabe do imposto sindical.

Em momentos como o que passamos, não só para organizar a luta, mas para dar condições de vida para lutadores da categoria que venham ser atacados como aconteceu, ficou clara a necessidade de recursos extras, e desvinculados das contas do Sindicato, que ao bel prazer da justiça do trabalho são bloqueadas.

Neste sentido o 11ª congresso delibera pela criação do fundo de greve dos metroviários, entidade esta que terá independência financeira do Sindicato e será criada seguindo as orientações jurídicas e administrativas necessárias.

Estatuto

A eleição para a Diretoria e Conselho Fiscal será realizada através da Proporcionalidade Direta na base, em urnas. A inscrição será por chapas. A eleição dos membros da Diretoria será nominal, ou seja, "Nome a Nome na Área". A chapa que não tiver eleito no mínimo 10% de todos os diretores do sistema diretivo não poderá compor a Diretoria Executiva e nem Conselho Fiscal, podendo compor somente a diretoria de base. Já no caso da ordem de escolha dos cargos na Coordenação Executiva e Conselho Fiscal será feita em base a Proporcionalidade Qualificada expressa da seguinte forma, para garantir que todas as chapas tenham o mesmo direito: I) O número de votos de cada chapa se divide x1, x2, x3, x4, x5 (quantas vezes seja necessário); II) Os números resultantes, de maior a menor determinarão a ordem de escolha dos cargos, da 1ª a última vaga a escolher; III) Em caso de empate escolhe quem ainda não fez escolha. Não se trata de regras mágicas, apenas mecanismos que nos permitam ter debates mais sadios para ficarmos unidos e mais fortes contra os inimigos dos trabalhadores. Que a base decida os rumos do Sindicato!

A Diretoria será Colegiada. A Coordenação Executiva será composta por 3 (três) Coordenadores-gerais, todos com o mesmo peso, eliminando-se os cargos de presidente, vice e secretário geral.

O mapa das áreas para a eleição conterà vagas em 3 áreas definidas assim: GOP, GMT, Administração/Obras/Aposentados. As chapas concorrentes deverão apresentar nomes em pelo menos 2 das 3 áreas citadas. O Plenário do Sistema Diretivo (Diretoria) será eleito integralmente Nome a Nome na Área, através de Chapas inscritas. O Plenário ou Diretoria estará composta por um número de membros de 1 diretor a cada 170 trabalhadores na base (dando hoje um número total aproximado de 59 diretores), dentre eles será eleita a Coordenação Executiva e o Conselho Fiscal pela Proporcionalidade qualificada. As chapas devidamente inscritas deverão apresentar um número mínimo de candidatos equivalente ao número de vagas da Executiva somado ao Conselho Fiscal.

Secretarias

As secretarias têm que cumprir metas e objetivos. O balanço da diretoria e de cada secretaria será realizado anualmente.

- **Art. 59**

parágrafo 1 – (Alteração) A CSB será aberta à participação de todos os trabalhadores daquela área.

- **Art. 20**

(Incluir)

r) Secretaria GLBT

Visando ter um acompanhamento cotidiano das contas do Sindicato e pela questão legal de não poder alterar os responsáveis, resolvemos:

- Que em todo rodizio de liberação seja garantido pelo menos um responsável por finanças do Sindicato.

O sócio, no período de afastamento médico e aposentadoria por invalidez, não recebe salário e benefícios da empresa. Para que o sócio não perca seus direitos associativos, o 11º Congresso delibera pela suspensão da mensalidade ao sócio no período de afastamento médico (Parágrafo 5º) e a sindicalização como sócio aposentado aos aposentados por invalidez (Parágrafo 6º)

ARTIGO 8º - Perderão seus direitos associativos:

d) O associado que não estiver em dia com a contribuição financeira junto à entidade, desde que, comunicado previamente de sua inadimplência, não efetuar a quitação do débito no prazo estabelecido pelo Sindicato.

Parágrafo 5º - O disposto neste artigo não se aplica ao sócio no período de afastamento médico que ficará com a mensalidade suspensa.

Parágrafo 6º - O disposto neste artigo não se aplica ao sócio aposentado por invalidez no período de sua aposentadoria, e solicite formalmente a sindicalização como sócio aposentado.

Parágrafo 7º - Isenção da mensalidade a partir do 3º mês da licença médica.

Formato do Colegiado

O Congresso autorizou que se realize uma assembléia para que esta defina o formato da diretoria colegiada, para que esta deliberação faça parte do estatuto. A intenção é definir se haverá junções de secretarias ou não e se haverá mais de um coordenador por pasta ou não.



www.metroviarios.org.br

Twitter: http://twitter.com/Metroviarios_SP

Facebook: Metroviários de São Paulo